



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
RUA DESEMBARGADOR HOMERO MAFRA,60 - Bairro ENSEADA DO SUÁ - CEP 29050906 - Vitória - ES - www.tjes.jus.br

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR REGIONAL ORÇAMENTÁRIO E DE GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO CONFORME COMPOSIÇÃO PREVISTA NO ATO NORMATIVO Nº 022/2026.

Aos 29 de maio de 2026, às 15:00h, na sala de reuniões do primeiro andar deste e. TJES, reuniram-se o Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, o Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja, a Juíza de Direito Maíza Silva Santos, o Juiz de Direito Rodrigo Cardoso Freitas, o Juiz de Direito Daniel Barrioni de Oliveira, o Juiz de Direito Rogério Rodrigues de Almeida, o Juiz de Direito Camilo José D'ávila Couto, o Juiz de Direito Ricardo Furtado Chiabai (via Zoom), o servidor Francisco Manoel Bittencourt, o servidor Fabio Santana Vieira, a servidora Maria Elysa Gonçalves de Souza, a servidora Eufania Aparecida Franck, a servidora Juliana Silva Coelho, a servidora Ana Clara D'Avila Guedes, o servidor José de Magalhães Neto, o servidor Bruno de Oliveira Fabres, a servidora Bárbara Pessoa de Mendonça Camargo Dalvi, a servidora Maria Clélia da Costa Almeida, o servidor Daniel de Souza Correia e o servidor Valdécio Carlos da Silva Júnior (via Zoom). O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos agradeceu a presença de todos e, de logo, ratificou a data da próxima reunião: 14/08/2026, às 14h. Em seguida, destacando cuidar a pauta da Resolução nº 219/2016 do CNJ e sua situação de implementação, relembrou que na reunião de 14/11/2025 este Comitê deliberou por solicitar a formação de equipe técnica para implementação da Resolução nº 219/2016 do CNJ, em vista da reestruturação recente do PJES. Foi enviado ofício e inicialmente apontou a Administração a necessidade de articulação junto à SGP. Na reunião de 06/02/2026 este Comitê deliberou por convidar representante da SGP para maiores esclarecimentos, sendo esta a oportunidade para exposição. A servidora Ana Clara D'Avila Guedes iniciou sua fala mencionando a mudança de sistema e de nomenclatura recentemente operada no PJES, de modo a melhor identificar os setores em conformidade com o organograma, inclusive atualizando a lotação de servidores – não mais em varas, mas em secretarias inteligentes, gabinetes e centrais de mandado, por exemplo. O servidor Bruno de Oliveira Fabres apresentou alguns dados acerca da distribuição da força de trabalho: os servidores efetivos somam 2304, sendo 1850 lotados em primeiro grau e 437 lotados em segundo grau; os servidores comissionados são em número de 1171, sendo 870 lotados em primeiro grau (74,30%) e 301 lotados em segundo grau (25,70%); os juízes leigos são 128, todos atuando em primeiro grau de jurisdição; os conciliadores são 81, todos lotados em primeiro grau de jurisdição; os estagiários são em número de 1461, atuando 1216 em primeiro grau e 245 em segundo grau; os residentes jurídicos são 269, atuando 217 em primeiro grau e 52 em segundo grau; o total de colaboradores do PJES alcança 5222. O Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja, Secretário Geral, fez uma ampla explanação sobre o panorama de entregas alcançadas nos seis primeiros meses da gestão atual, bem como aquelas planejadas para o futuro, destacando questões de orçamento, infraestrutura, tecnologia da informação, direitos de servidores, remoções e nomeações para recomposição do quadro de servidores efetivos etc. O servidor Francisco Manoel Bittencourt ponderou sobre a necessidade de compatibilizar o nosso Código de Organização Judiciária (Lei Complementar Estadual nº 234/2002), a Resolução nº 219/2016 do CNJ e a realidade de trabalho vivenciada no âmbito do PJES. O Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja, acerca da questão, fez um retrospecto sobre os atos internos realizados e a publicação da Lei Complementar Estadual nº 1.125/2025, além de mencionar a existência de análises em andamento voltadas à atualização do Código de Organização Judiciária, as quais serão oportunamente apresentadas à Presidência, que tem primado pela escuta e participação. A servidora Bárbara Pessoa de Mendonça Camargo Dalvi perguntou sobre a implementação da unificação das secretarias. O Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja, após expor sobre as consultorias contratadas e em vista de contratação no contexto do BID, mencionou a necessidade de proposições inclusive sobre a atividade-fim, na perspectiva da governança, mudança e integridade,

comunicação etc, para que haja adequada implementação da unificação, com a divisão e especialização de tarefas, a qual ainda não se deu de forma integral em todas as unidades alcançadas. A servidora Bárbara Pessoa de Mendonça Camargo Dalvi questionou sobre a distribuição de servidores efetivos entre o interior e a Grande Vitória. Não dispondo imediatamente de tais números, o Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja comprometeu-se a informar com detalhes sobre a distribuição da força de trabalho por regiões. O servidor Valdécio Carlos da Silva Júnior, acerca das nomeações previstas, perguntou sobre a observância da antiguidade dos servidores, haja vista que aqueles aprovados no último concurso e nomeados não puderam participar das remoções, o que poderia eventualmente resultar na ocupação por servidores recém-nomeados de vagas desejadas por servidores mais antigos. A servidora Eufania Aparecida Franck, corroborada pelo Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja, apontou a necessidade de que haja o cumprimento das regras do edital do concurso, não sendo possível servidores se removerem antes de completarem o estágio probatório. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos mencionou o encaminhamento ao Comitê de alguns questionamentos quanto aos critérios de definição sobre o apoio indireto e direto e a classificação como 1º e 2º graus em relação aos: (I) servidores da Seção de Arquivo; (II) servidores da Coordenadoria de Gestão da Informação Documental (Secretaria Judiciária); (III) servidores das Seções de Apoio às Coordenadorias das Varas de Infância e Juventude, Varas Criminais, Varas de Violência Doméstica e Juizados Especiais; (IV) servidores do cargo em comissão de Secretário da Gestão do Foro. Deliberou-se por encaminhá-los à Presidência, para que junto, junto ao questionamento sobre a distribuição da força de trabalho por regiões, sejam prestadas informações. A servidora Maria Clélia da Costa Almeida mencionou que vale a pena refletir sobre a escolha de critérios pela Administração ao prover as unidades judiciárias, dentre todas as que estão desfalcadas. O Juiz de Direito Anselmo Laghi Laranja mencionou a estratégia de iniciar as nomeações pelas unidades judiciárias de mais difícil provimento, ao que se seguirá futura remoção geral de servidores. O Juiz de Direito Rodrigo Cardoso Freitas, indagado pelo Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, mencionou a continuidade no trabalho de implementação das secretarias unificadas. O Desembargador Jorge Henrique Valle dos Santos, destacando a importância da convergência de esforços em prol de um melhor Judiciário, usando ciência, gestão, administração, racionalidade etc para que se possa servir melhor a população e o jurisdicionado, declarou encerrada a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE HENRIQUE VALLE DOS SANTOS, PRESIDENTE DA COMISSAO**, em 01/06/2026, às 15:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **3260240** e o código CRC **DF543D7D**.